

**AÇÕES AFIRMATIVAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DO
ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE ITABUNA-BA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DE CENÁRIOS.**

**AFFIRMATIVE ACTIONS IN PUBLIC AND PRIVATE HIGHER EDUCATION
INSTITUTIONS IN THE CITY OF ITABUNA-BA: A COMPARATIVE ANALYSIS OF
SCENARIOS.**

José Wanderley Souza Oliveira¹
Elisangela Giroto Carelli Hermes²
Cândida Maria Santos Daltró Alves³

RESUMO

Este artigo apresenta a pesquisa, em andamento, sobre Políticas de Ações Afirmativas (AF) no Brasil, no ensino público e privado, em Itabuna-BA, para acesso e permanência no Ensino Superior. O período compreende 2018 a 2022, antes e pós-pandemia da COVID-19, e prevê compreender a condição/situação das IES públicas e privadas frente às verbas públicas e orçamentos disponibilizados para a implementação das AF para acesso e permanência no Ensino Superior, partindo dos paradigmas do financiamento do ensino público e privado e a redução orçamentária das AF, especialmente a de cotas. A metodologia adotada é o estudo de caso de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando como técnica de coleta de dados entrevista semiestruturada com público alvo composto por Dirigentes de três Instituições de Ensino Superior participantes do estudo e pesquisa documental nos seus orçamentos, pretendendo responder aos seguintes objetivos: investigar alterações e distorções na estipulação das AF no período delimitado; examinar a instituição e distribuição dos recursos de financiamento do Ensino Superior público e privado brasileiro; comparar o cenário das AF no Ensino Superior público e privado antes e após a pandemia; verificar as AF de acesso e permanência existentes no Ensino Superior público e privado, no período estipulado.

PALAVRAS – CHAVE: Ações Afirmativas. Financiamento. Ensino Superior. Orçamento.

ABSTRACT

This article presents an ongoing research study on Affirmative Action (AA) Policies in Brazil, focusing on both public and private education sectors in Itabuna-BA, with the aim of addressing access and retention in higher education. The period under consideration spans from 2018 to 2022, encompassing the pre- and post-COVID-19 pandemic era. The study seeks to comprehend the status of public and private Higher Education Institutions (HEIs) in relation to public funding and budgets allocated for the implementation of AA measures for access and retention in higher education. The investigation is framed within the paradigms of public and private education financing and the budgetary constraints impacting AA policies, particularly quota systems. The methodology employed involves a qualitative and quantitative case study approach, utilizing semi-structured interviews as a data collection technique with a target audience consisting of administrators from three participating HEIs. Additionally, documentary research is conducted on their budgets. The study aims to address the following objectives: investigate changes and distortions in the formulation of AA policies during

¹ Mestre em Letras: linguagens e representações; Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: wanderleyso@hotmail.com

² Doutora em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: elisangela.carelli@unini.edu.mx

³ Doutora em Educação; Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: cmsdalves@uesc.br

the defined period; examine the establishment and allocation of resources for financing public and private higher education in Brazil; compare the landscape of AA policies in public and private higher education before and after the pandemic; and assess existing AA measures for access and retention in public and private higher education within the specified timeframe. Through this research, it is anticipated that a deeper understanding of the impact of Affirmative Action policies within the context of Brazilian higher education will be gained, considering various institutional settings and changes over time, including the effects of the COVID-19 pandemic.

KEYWORDS: Affirmative Actions. Funding. Higher Education. Budget.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um recorte da Proposta de Tese de Doutorado (PTD) em Educação, em andamento, no Brasil, através da FUNIBER, tendo como Universidade certificadora a UNINI - México. A PTD foi submetida e obteve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP)⁴ e do Comitê de Qualidade da UNINI. A investigação encontra-se em fase de pesquisa e coleta de dados.

Parte-se da hipótese de que a cartografia do Ensino Superior brasileiro pode estar sendo impactada, por um lado, pelo crescimento lucrativo da área privada de Ensino Superior e, por outro, pelo enfraquecimento da universidade pública brasileira, através dos cortes e bloqueios nos seus orçamentos, que engloba não só as verbas previstas para suas despesas discricionárias, como também aquelas que financiam as políticas públicas que oferecem lastro às ações afirmativas, responsáveis por ampliar o acesso da população aos cursos de nível superior e criar condições para a permanência até sua conclusão.

Com base nos recorrentes cortes e bloqueios nos orçamentos públicos, que afetam as verbas públicas destinadas ao gerenciamento das atividades das instituições federais de Ensino Superior, partimos da premissa de que o desinvestimento na educação pública de nível superior pode provocar o declínio da universidade pública e, por sua vez, das políticas afirmativas, podendo gerar efeitos danosos ao processo, interferindo em toda a cadeia organizacional do setor.

O estudo utiliza abordagens empíricas e teórico-reflexivas para analisar e definir parâmetros que diferenciem o financiamento público entre Ensino Superior público e privado. Também examina as desigualdades que podem afetar o Ensino

⁴ Parecer CEP/UESC, 16/09/2022 - CAAE: 60646822.2.000.5526; Parecer CEP/UFSB, 18/05/2023 - CAAE: 60646822.2.3003.8467.

Superior no Brasil, especialmente em relação às políticas de cotas, considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais das políticas públicas.

Nesse contexto, a pesquisa inclui a Lei de Cotas e suas bases legais (Lei nº 12.711/2012), o financiamento do Ensino Superior e a redução orçamentária que impacta as Ações Afirmativas (AF), com o propósito de contribuir com as ciências humanas, oferecer intervenções práticas que possam melhorar a vida das pessoas durante o período universitário, auxiliando sua autonomia sociopolítica e cultural. Portanto, a pesquisa justifica-se por explorar os paradigmas relacionados ao financiamento do Ensino Superior público e privado, e a redução financeira que afeta as AF.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a situação de instituições de Ensino Superior públicas e privadas em Itabuna-BA frente a distribuição de verbas e demais incrementos oriundos do Estado brasileiro para a implementação das AF e os impactos no acesso e na permanência das pessoas no ensino público superior.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Investigar as mudanças ocorridas na implementação das Políticas de Ações Afirmativas de acesso e permanência das pessoas no Ensino Superior brasileiro, considerando os anos de 2018 a 2022;
- b) Examinar como são instituídos e distribuídos os recursos de financiamento do Ensino Superior no Brasil, nas esferas públicas e privadas;
- c) Fazer um comparativo do cenário das Políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior público e no Ensino Privado antes e após a pandemia;
- d) Verificar as ocorrências das Ações Afirmativas de acesso e permanência das pessoas no Ensino Superior brasileiro, no período de 2018 a 2022

3. O QUE DIZEM AS PESQUISAS

Os anos de 2018 a 2022, cinco anos entre o antes e o pós-pandemia da Covid 19, é o marco temporal escolhido em função das alterações provocadas na vida e nas práticas sociais como um todo, em nível planetário, pelo distanciamento social, a troca das atividades presenciais pela forma remota, dentre outras mudanças no cotidiano em geral.

Isto posto, importa destacar as seguintes perguntas de pesquisa que se relacionam com cada objetivo, nesta ordem: 1) após sua criação, que mudanças foram realizadas na forma de estipular as AF no Ensino Superior?; 2) é possível considerar, mesmo de forma indireta, que os mecanismos para a criação e aplicação das verbas públicas destinadas ao implemento das AF para promover o acesso e a permanência no Ensino Superior público e gratuito, de alguma forma passaram a favorecer as instituições privadas de Ensino Superior?; 3) quais as diferenças na forma de instituir as AF na área pública e na área privada?; 4) no Brasil, as AF estão em declínio?

Com o intuito de conhecer e analisar como está a produção científica de pesquisas relacionadas ao tema, foi feito um levantamento de estudos realizados no Brasil para saber o estado do conhecimento em pesquisas recentes análogas a este. A verificação foi realizada no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do operador booleano “OR”, refinada por filtro selecionando o período mencionado e optando por trabalhos de tese de doutorado em educação pela similaridade com o programa em epígrafe, sendo encontrados vinte resultados a partir do descritor “financiamento de ações afirmativas”.

Observou-se a ausência de pesquisas realizadas sobre o tema financiamento e foram selecionadas quatro que tratam de ingresso e permanência no Ensino Superior e os seguintes temas transversais que podem corroborar com o estudo: assistência estudantil; desempenho de estudantes cotistas e não cotistas; acesso e permanência; política de cotas e empoderamento de pessoas negras formadas.

Os estudos que mais dialogam e se aproximam desta pesquisa constam na Figura 1, descritos por autor (a), tipo, ano, título e local de realização.

Observa-se que as quatro pesquisas da Figura 1 abordam nuances das AF e se relacionam com esta proposta: uma enfoca o desempenho de cotistas; duas

discutem acesso e permanência via AF; e uma aborda o programa de assistência estudantil no contexto das AF. Os temas têm relação com o estudo aqui proposto, contudo, falta o enfoque específico sobre financiamento.

Figura 1 - Pesquisas selecionadas no catálogo da CAPES sobre ações afirmativas.

PEREIRA, Sheila Regina dos S.	Tese	2017	Determinantes da equidade no Ensino Superior: uma análise da variabilidade dos resultados do ENADE no desempenho de cotistas e não cotistas.	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
SOUZA, Eliane Almeida de	Tese	2017	Dez anos de cotas na UFRGS: um estudo das ações afirmativas na perspectiva do acesso, permanência e empoderamento dos alunos negros diplomados.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
COUTO, Fausta Porto	Tese	2021	Experiências sociais sobre as políticas de inserção vividas por estudantes no Departamento de Educação campus Guanambi da Universidade do Estado da Bahia: acesso, permanência e das ações afirmativas.	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
ROCHA, Vanessa Oliveira de A.	Tese	2021	Recontextualizando o programa nacional de assistência estudantil sob a ótica das ações afirmativas: uma análise da produção acadêmica em relação a atuação das IES no programa.	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Analisando o que dizem as pesquisas, vê-se que tendem a categorizar e descrever direitos mais do que discutir financiamento governamental, distribuição de recursos e aumento da oferta. As pesquisas até agora apontam um caminho em evolução, mas que necessita de aprimoramento.

Nesse prisma, este trabalho propõe a investigação de contextos essenciais definidos pela lei de cotas e suas bases legais, notadamente, o financiamento do Ensino Superior e os desafios decorrentes da redução orçamentária que afeta as AF.

Considera-se que as AF têm origem na Índia, surgindo, mais tarde, nos Estados Unidos e espalhando-se por outros países. Motivo que aponta a necessidade de análise de estudos internacionais.

Moehlecke (2002) relata que mudanças no sistema social da Índia na década de 1940 geraram um movimento pela igualdade de direitos, que também surgiu nos EUA nos anos 1960 e posteriormente se estendeu globalmente, incluindo o Brasil, onde políticas públicas foram estabelecidas, inicialmente, a partir dos anos 2000, de

como políticas afirmativas para garantir direitos sociais relacionados a raça, cor, etnia, orientação sexual, entre outros.

A ausência de um repositório específico para pesquisas internacionais sobre AF nos levou a realizar uma busca bibliográfica não sistemática usando descritores como "ações afirmativas no exterior" e "pesquisas internacionais sobre ações afirmativas". Essa busca resultou em alguns trabalhos selecionados pela relevância para o estudo e confiança das fontes, conforme presente na Figura 2.

Figura 2: Pesquisas internacionais.

OLIVEN, Arabela Campos	Artigo	2007	Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil.	Revista Eletrônica PUC-RS
LEMPERT, Richard	Artigo	2015	Ação afirmativa nos Estados Unidos: breve síntese da jurisprudência e da pesquisa social científica.	Revista Eletrônica Scielo
JENKINS, Laura Dudley e MOSES, Michele S.	Tradução	2015	Iniciativas de ações afirmativas ao redor do mundo.	Revista Ensino Superior UNICAMP
ENAP	Relatório EvEx	2022	Financiamento de instituições públicas de Ensino Superior: avaliação comparativa.	Escola Nacional de Administração Pública

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Oliven (2007) compara a sociedade brasileira e norte-americana quanto às relações raciais, com argumentos pró e contra cotas universitárias. Ela destaca que os dois países implementaram cotas e observaram um aumento na inclusão de minorias nas universidades. No entanto, nos anos 1990, os EUA interromperam os programas de AF baseados em critérios raciais. A autora defende um projeto nacional para reduzir as disparidades raciais e sociais, visando a justiça social.

Lempert (2015) explora o histórico das AF nos EUA analisando o contexto legislativo, as desigualdades educacionais e a diversidade racial. O autor examina experiências de universidades norte-americanas e os debates em torno das AF, identificando discursos contrários que alegam que essas políticas podem causar disparidades acadêmicas e científicas, supostamente devido a questões de racismo.

Sua pretensão é dar visibilidade às contribuições que as AF podem promover na sociedade, tornando-a mais igualitária em termos raciais, como há, segundo ele, uma infinidade de norte-americanos que se beneficiaram com isso independente da origem étnico-racial. Ele aponta que AF com base na classe social podem substituir

de forma adequada as AF raciais para assegurar a diversidade étnica e racial nas universidades.

Jenkins; Moses (2015) afirmam que, globalmente, as AF não estão diminuindo. Elas apontam que, nos EUA, por questões constitucionais as AF não são mais viáveis, mas cerca de um quarto dos países ao redor do mundo têm algum tipo de AF para admissão no Ensino Superior, em muitos surgidas nas últimas duas décadas. Três conclusões principais surgem: aumento global das AF; gênero predominante nas categorias; e desafios legais, críticas sociais e ideias fragmentadas impactando as AF.

O relatório EvEx da renomada Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), de 2022, contribui para a pesquisa ao fornecer dados sobre o financiamento de instituições públicas de Ensino Superior de cinco países localizados em diferentes regiões: Alemanha, Argentina, Chile, Estados Unidos e Grécia. O relatório qualitativo explora a estrutura de financiamento desses países.

A pesquisa procura compreender a origem e a partilha de custos entre os setores público e privado no Ensino Superior, assim como sua alocação nas instituições educacionais. Nos EUA e no Chile os custos são compartilhados entre entidades públicas e privadas. Nos EUA, os estudantes pagam taxas e a principal fonte de receita são contratos e concessões estaduais. Nos EUA e no Chile, as universidades públicas precisam buscar autofinanciamento.

Alemanha, Argentina e Grécia têm como financiador principal o governo central. Nesses países não são cobradas matrícula ou mensalidade, o Ensino Superior é gratuito. Nos cinco países, de alguma forma, o governo participa do financiamento das universidades. A Figura 3 apresenta o Quadro do relatório representado pela Figura 8.1 do ENAP (2022, p. 26), que ilustra a comparação do financiamento da educação superior entre os países observados.

Os principais países investidores em pesquisa universitária são EUA, Alemanha e Chile. Os EUA destinam cerca de 2,5% do PIB à educação superior, contrastando com a Grécia que investe 0,9% do PIB. Alemanha e Chile apresentam gastos próximos, com 0,98% e 1,03%, respectivamente. Notavelmente, o Chile está empenhado em tornar o Ensino Superior gratuito, refletindo os esforços do movimento estudantil desde 2011, que demanda a eliminação do lucro e a completa gratuidade do Ensino Superior.

O estudo sobre o financiamento do Ensino Superior e suas políticas mostra que a diversidade de realidades socioeconômicas e culturais define o estágio de cada país. Investimentos significativos conduzem a uma estrutura universitária robusta, apoiada por programas financeiros sólidos, elevando os níveis educacionais. Isso desencadeia melhorias na qualidade de várias áreas, como educação, saúde e renda.

Figura 3 - Comparação do financiamento do Ensino Superior.

PARÂMETRO COMPARATIVO	 Alemanha	 Argentina	 Chile	 Estados Unidos	 Grécia
1 O governo federal ou estadual é responsável por financiar o funcionamento das universidades públicas	X	X			X
2 As universidades públicas cobram dos estudantes taxas de matrícula e mensalidade (<i>tuition</i>)			X	X	
3 As universidades públicas são financiadas por recursos de fundos de pesquisa públicos e privados e editais públicos que visam gerar bens públicos (<i>grants</i>)	X	*	X	X	*
4 As universidades públicas são financiadas por meio de contratos firmados diretamente com agentes públicos e privados para produção de produtos de pesquisa que não serão posteriormente disponibilizados como bens públicos	X	*	X	X	*
5 As universidades públicas são financiadas por meio de doações feitas por agentes privados (<i>endowments</i>)	X		X	X	
6 O governo federal pratica assistência estudantil financiando diretamente os estudantes das universidades públicas	X	X	X	X	X
7 O governo federal financia as universidades públicas para que elas possam realizar ações de assistência estudantil		X	X	X	
8 A maior parte do financiamento público para a educação terciária das instituições públicas advém do governo estadual e não do governo federal	X			X	*
9 A maior parte dos estudantes de ensino superior estão matriculados em universidades públicas	X	X		X	X

Fonte: ENAP (2022).

Nota: Os asteriscos se referem às informações que não puderam ser confirmadas a partir dos dados coletados.

A partir dessas considerações, depreende-se que a construção de um sistema universitário consistente, com condições adequadas de trabalho, bem aparelhado e que produz resultados de alto nível em ensino, pesquisa e extensão é o ideal a ser alcançado em países como o Brasil, por exemplo.

4. METODOLOGIA

Serão realizados três estudos de caso através de pesquisa em fonte de dados primária e fonte secundária, considerando os anos de 2018 a 2022, segundo Yin (2001) e André (2013). Yin (2001, p. 32) define um estudo de caso como "uma exploração empírica aprofundada de um fenômeno contemporâneo". André (2013) complementa, indicando que, em pesquisas educacionais, o estudo de caso foca em um fenômeno específico, considerando seu contexto e dimensões variadas,

dados em suas dependências e ocupam cargos de Pró-Reitor (a), Assessor (a), Diretor (a) e Gerente com atuação em Direção Geral, Ações Afirmativas, Graduação, Assessoria Estudantil, Financeira e/ou Orçamentária.

Variáveis desempenham um papel central nos passos metodológicos da pesquisa científica. Sua essência é capturada pelo próprio nome - elementos que variam e, assim, devem ser considerados devido à possibilidade de influenciarem mudanças nos dados e/ou resultados de estudos com amostras ou populações. Segundo Marconi; Lakatos (2011, p. 174) variáveis são "elementos que moldam as hipóteses abrangendo classificações e conceitos". Elas afirmam que podem ser numéricas ou não numéricas, dependentes e independentes, controladas e não controladas, internas e externas (Marconi; Lakatos, 2011).

Com base nas concepções de (Marconi; Lakatos, 2011) na coleta de dados são consideradas as seguintes variáveis: a) variáveis externas – fonte primária de dados/entrevista – interpretação dos dados variável principal – perguntas da entrevista variável qualitativa nominal, dicotômica e quantitativa discreta; b) variáveis internas – dados secundários/pesquisa documental - orçamento anual recebido para ações afirmativas/variável quantitativa contínua - gasto anual para cada política da instituição/variável quantitativa contínua.

Os dados das diversas fontes serão reunidos, categorizados e priorizados para examinar o orçamento público e disparidades entre IES públicas e privadas. A análise será realizada com a triangulação de resultados das fontes primárias e secundárias, considerando as premissas e pesquisas do estudo.

Indícios serão encadeados para fortalecer extratos resultantes da coleta em Itabuna-BA, com fontes de evidência espontânea nas entrevistas e pesquisa documental. As categorias de análise estabelecidas verificarão relações nas evidências encontradas, enfocando opiniões e visões dos participantes sobre AF, avaliando abrangência e desigualdades na implementação dessas políticas.

Para confidencialidade, serão usados nomes fictícios e siglas para identificar Dirigentes das IES nas entrevistas. Para a análise serão adotadas medidas de proteção, buscando identificar padrões, semelhanças e diferenças nas informações, validadas por testes de hipóteses. Para embasar os resultados e as conclusões serão trabalhadas as narrativas, associações e análises realizadas.

5. RESULTADOS

Com os resultados esperados da investigação pretende-se ampliar a compreensão acerca do papel das políticas públicas quanto ao tratamento dado às AF no tocante ao financiamento da educação de nível superior; descrever alterações ocorridas na estipulação das AF no marco temporal da pesquisa; esclarecer sobre como se dá o financiamento do Ensino Superior brasileiro público e privado, e as formas como os recursos públicos são instituídos e distribuídos para essa finalidade; e, por fim, estabelecer parâmetros, correlações e/ou diferenças na sustentação das AF nas áreas de ensino público e privado.

Dessa forma, a coleta de dados, traçada com entrevista semiestruturada e Análise Documental, prevê o atingimento dos objetivos propostos e o encontro de respostas que possam contribuir com o fomento e a continuidade das AF em uma dimensão que atenda as pessoas que delas necessitam, através do fortalecimento da universidade pública brasileira, garantindo a seus discentes ingressar e ter condição de permanecer e serem assistidos adequadamente até a conclusão do curso escolhido.

Apesar de a coleta de dados ainda não ter sido concluída, os estudos da proposta de tese em questão já permitem certa previsão de alguns resultados. Assim, como extrato de uma apuração preliminar, na medida em que os estudos avançam com as leituras e as entrevistas, observa-se a possibilidade de ser viável o aumento da oferta e da manutenção das AF, em especial as políticas de cotas. O material trabalhado até aqui aponta para tal possibilidade, considerando interesse e envolvimento do governo em estabelecer melhores políticas públicas voltadas para financiamento e fomento adequados e compatíveis com a manutenção das IES, contribuindo com a sociedade através da valorização e do fortalecimento do ensino e destas instituições.

Diante do ponto onde o estudo se encontra, com a coleta de dados ainda incompleta, quanto ao financiamento público das AF e a relação entre o ensino público e o privado como norteadores da pesquisa, da forma que os incentivos e incrementos vêm sendo disponibilizados e operacionalizados pelo governo, ainda não é possível constatar se há ou não alguma forma de privilégio para as instituições privadas em detrimento das públicas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A previsão de resultados de uma pesquisa que ainda não foi concluída surge como um desafio para o encontro de respostas de uma averiguação que, até o momento, se mostra empírica, subjetiva e abstrata para uma mensuração. Contudo, as hipóteses e os objetivos definidos aliados ao percurso delineado por estratégias pessoais e metodológicas estão construindo as bases que vêm fornecendo as condições necessárias para se prosseguir com a investigação e chegar ao resultado.

Diante dos paradigmas que surgem, os resultados dos parâmetros que estão sendo delineados utilizando médias estatísticas e padrões qualitativos e quantitativos para contrastar as pesquisas existentes com os extratos da entrevista semiestruturada e da Análise Documental, têm se constituído em uma inovação na busca por informações tais como: saber se as instituições privadas são favorecidas de alguma forma; se sim, o quanto esse fato pode afetar e/ou oferecer prejuízos ao setor de ensino público; apontar possíveis prejuízos para a subsistência das instituições públicas de Ensino Superior quanto as diminuições de verbas públicas e outras formas de fomento; indicar novos caminhos possíveis de contribuir para mudar e/ou diminuir os impactos e os efeitos negativos causados para a sociedade, principalmente a camada que mais necessita do ensino público, gratuito, socialmente justo e de qualidade.

Além dos pontos citados, levando em conta o recorte temporal da pesquisa (2018 – 2022), espera-se também que os resultados encontrados possam ajudar a mostrar se houve real redução nos orçamentos públicos para o ensino público superior, considerando as seguintes indagações: Constata-se, de fato, redução nos orçamentos?; Se sim, de que forma e por quê?; Foi motivada pela pandemia da Covid 19?; Foi provocada pela política nacional ou foi influenciada pela gestão das Universidades?

Espera-se, por esse caminho, também defender o fortalecimento da universidade pública para que ela possa continuar oferecendo o direito a uma formação gratuita condizente a qualquer pessoa, independente de condição econômico-financeira, e constituída como uma via reparadora das distâncias

sentidas pelas pessoas negras e/ou pertencentes a grupos e etnias minoritárias com menos acesso aos direitos sociais, contempladas com as cotas.

Assim, através da pesquisa entendida como um vetor que aponta para a possibilidade de quebra de paradigmas, acreditamos que um estudo sistematizado pode contribuir para que as AF, criadas para permitir acesso e permanência no Ensino Superior, avancem na sua proposta original de promover a construção de uma educação superior pública que favoreça o ingresso nos seus cursos, sem limitações e/ou impeditivos na sua estrutura que, por ventura, possam dificultar a permanência e a assistência do discente até a sua conclusão.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/7441/4804>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 03 mar. 2021.

COUTO, F. **Experiências sociais sobre as políticas de inserção vividas por estudantes no Departamento de Educação campus Guanambi da Universidade do Estado da Bahia: acesso, permanência e das ações afirmativas**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte-MG, 2021. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Financiamento de instituições públicas de Ensino Superior: avaliação comparativa**. Relatório EvEx., 2022. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7052/1/2022.05.13%20-%20Financiamento%20de%20institui%C3%A7%C3%B5es%20p%C3%ABlicas%20de%20ensino%20superior%20-%20P1%20-%20rev.%2023-05-22.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – **Planejamento e**

Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

GÓES, E.; BASTOS, A. **Ações afirmativas na UFSB: responsabilidade e justiça social no acesso ao Ensino Superior.** Comunicação Oral, GT 05, Diversidade e Políticas de Afirmação, 14 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.event3.com.br/anais/viiconinter2018/108870-acoes-afirmativas-na-ufsb-responsabilidade-e-justica-social-no-acesso-ao-ensino-superior/>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Dados Abertos.** 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

JENKINS, L. D.; MOSES, M. S. Iniciativas de ações afirmativas ao redor do mundo. **Revista Ensino Superior UNICAMP.** Internacional Higher Education 77. 2015. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/iniciativas-de-acoes-afirmativas-ao-redor-do-mundo>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

LEMPERT, R. Ação afirmativa nos Estados Unidos: breve síntese da jurisprudência e da pesquisa social científica. Artigo. **Revista Eletrônica Scielo.** Dossiê. Sociologias 17 (40). Set-dez 2015. <https://doi.org/10.1590/15174522-017004002>

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MINAYO, M. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOEHLECKE, S. **Ação afirmativa: histórias e debate no Brasil.** Cadernos de Pesquisa 117. Novembro de 2002. P. 197-217. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

OLIVEN, A. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil.** Artigo. Revista Eletrônica PUC-RS. V. 30, nº 1. 2007. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/539>>. Acesso em: 09 set. 2021.

PEREIRA, S. **Determinantes da equidade no Ensino Superior: uma análise da variabilidade dos resultados do ENADE no desempenho de cotistas e não cotistas.** Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

ROCHA, V. **Recontextualizando o programa nacional de assistência estudantil sob a ótica das ações afirmativas: uma análise da produção acadêmica em**

relação a atuação das IES no programa. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Nova Iguaçu-RJ. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

SILVA, P. **Políticas de ação afirmativa na Educação Brasileira: estudo de caso do Programa de Reserva de Vagas para Ingresso na Universidade Federal da Bahia.** Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, Salvador-BA, 2008.

SOUZA, E. **Dez anos de cotas na UFRGS: um estudo das ações afirmativas na perspectiva do acesso, permanência e empoderamento dos alunos negros diplomados.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre-RS, 2017. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 05 out. 2021.

UESC - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Nossa história.** 20 de set. de 2022. Disponível em: <http://www.uesc.br/dcie/index.php?item=conteudo_historia.php>. Acesso em: 11 fev. 2023.

UNIME - UNIÃO METROPOLITANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Nossa história.** 20 de set. de 2022. Disponível em: <<https://www.unime.edu.br/Institucional/nossa-historia/>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.